

AFINAL, O QUE É ALFABETIZAR?

Desde que a escola pública assumiu o compromisso da alfabetização, os educadores têm pensado e agido em função desta ou daquela idéia do que venha a ser essa tarefa.

Unanimidade nunca houve. Ao longo do tempo, o conceito de alfabetização mudou, para responder às necessidades da sociedade: da visão inicial — ensinar a ler e escrever — até concepções sofisticadas, como a construção do conhecimento pela própria criança. Hoje, quando o analfabetismo ronda até os países desenvolvidos e as democracias precisam de cidadãos conscientes para se manterem, educadores brasileiros querem atualizar esse conceito

Ana Lagôa*



Os professores brasileiros que se reúnem de 31 de agosto a 2 de setembro, em São Paulo, no I Congresso Brasileiro de Alfabetização, vão tentar algo que parece impossível: definir, para todo o território nacional, um conceito de alfabetização que sirva de ponto de partida para as políticas de alfabetização e de formação de profissionais, para verificações estatísticas e para a elaboração de métodos e critérios escolares. A preocupação dos professores com esta questão aparentemente teórica foi colocada no II Encontro Estadual de Alfabetização, realizado no primeiro semestre deste ano, também em São Paulo: "O problema é que nossas estatísticas, nossos números sobre o analfabetismo no Brasil estão baseados nos Dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e eles não refletem a realidade

ou partem de um conceito de analfabetismo no mínimo discutível", explica Maria Clara Di Pierro, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), de São Paulo, um dos organizadores do encontro.

A preocupação dos professores se refere, em parte, ao critério adotado pelo IBGE para identificar o brasileiro analfabeto. Esse critério — que considera alfabetizado aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples (ver quadro) — tem quase 40 anos. Em 1951, a Unesco — órgão das Nações Unidas — convocou uma comissão de especialistas para criar normas de levantamentos estatísticos escolares. Foi essa comissão que definiu o alfabetizado pelo critério do bilhete. De lá para cá, muita coisa mudou na visão da própria Unesco, acompanhando as transformações ocorridas no Brasil e no mundo. Mas as nossas estatísticas continuam se guiando pelo mesmo conceito, considerado hoje insuficiente pela grande

maioria dos alfabetizadores brasileiros.

Em 40 anos, fatores sociais, políticos e culturais, além das próprias pesquisas sobre os processos de aprendizagem, contribuíram para a elaboração, entre os educadores, de várias idéias sobre o que seja realmente alfabetizar. Essas idéias às vezes convivem em harmonia ou geram polêmicas, mas seguem basicamente três linhas que nasceram das mudanças sociais. "Houve tempo em que alfabetizar era apenas passar os rudimentos da língua escrita para outra pessoa. Aquele que conhecia esses códigos era considerado alfabetizado", explica o professor José Juvêncio Barbosa, técnico em Educação e coordenador da Base de Dados de Alfabetização da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Até o nascimento da escola pública, no final do século XVIII, no processo que se seguiu à Revolução Francesa (N.E. n.º 31), não havia por que se



Milhares de crianças aprendem a ler e escrever todos os anos, mas para muitos educadores elas não estão alfabetizadas

Mudando a pergunta, triplicam os analfabetos

O pesquisador gaúcho Alceu Ferrari, uma das muitas vozes que criticam os critérios do IBGE na aferição dos níveis educacionais da população brasileira, falando em nome da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), solicitou ao instituto que divulgue mais informações sobre o assunto. O que a Anped deseja são informações precisas sobre a escolaridade na faixa dos 15 aos 19 anos, por municípios. Ferrari acredita que, se o IBGE exigisse quatro anos de escolaridade como critério para considerar a pessoa alfabetizada, os nossos índices de analfabetismo triplicariam. Na realidade, os números obtidos pelo Censo — o último foi realizado em 1980 — se baseiam na resposta ao quesito 19, do manual do recenseador. Um critério que se inspira no conceito de 1951, da Unesco, ou seja, o recenseador deve considerar alfabetizado aquele que responder sim a

pergunta: "É capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece?" A fragilidade desse critério é evidente. O que se entende por um bilhete simples? O entrevistado manda o entrevistado escrever? Ou aceita a sua resposta? É considerado alfabetizado aquele que, mesmo vivendo aqui, só leia e escreva em seu idioma natal? Questões como essas surgiram no II Encontro Estadual de Alfabetização e certamente se repetirão no I Congresso Brasileiro. Mais que uma simples questão de conceitos ou números, critérios mais precisos e mais adequados à realidade nacional e a divulgação dos índices setoriais permitiriam um planejamento mais adequado aos problemas a serem resolvidos. Com o critério em vigor, o Censo fica mais próximo da escola pública do início deste século, que tinha da alfabetização uma visão apenas mecanicista.

discutir o que era alfabetização. Ao surgir, o ensino público — que se propunha como democrático e universal — precisou definir o que era alfabetização, para que pudesse definir seu próprio papel: o que a escola pública, dirigida ao povo em geral, deveria ensinar e para que? "Num primeiro momento, ao longo do século passado, quando a escola pública tomou forma concreta na Europa, o processo de industrialização exigia que os trabalhadores tivessem um mínimo conhecimento do código da língua escrita. Eles precisavam saber como transformar os sons das palavras em sinais e como dar sons aos sinais que viam. Essa técnica rudimentar era necessária no mundo onde a palavra escrita passava a ser o principal meio de comunicação de mensagens. O homem tinha que saber decodificar mensagens simples na fábrica e nas ruas das cidades que cresciam", prossegue o professor Juvêncio. Não havia nenhuma preocupação com a formação subsequente do indivíduo.

muito menos com o seu papel como cidadão. Se a escola passasse aos trabalhadores os rudimentos da língua escrita, teria cumprido o papel exigido pela sociedade da época, que reservava o conhecimento e o saber a uns poucos privilegiados filhos das classes abastadas.

Na década de 50, numa tentativa de aferir a quantas andava realmente a alfabetização pelo mundo, a Unesco nomeou a tal comissão de especialistas para definir o que seria uma pessoa alfabetizada. Textualmente, o conceito adotado então pela Unesco

dizia: "O alfabetizado é uma pessoa capaz de ler e escrever, com compreensão, uma breve e simples exposição de fatos relativos à vida cotidiana".(*) Para muitos educadores, até hoje esta ainda é a melhor definição de alfabetizado. "Nada de critérios complicados para distinguir analfabetos e alfabetizados", defende a professora Eloisa Meireles, autora da cartilha *A Casinha Feliz*. Segundo ela, alfabetização é simplesmente o processo através do qual um indivíduo se torna capaz de ler e escrever. "Um indivíduo alfabetizado é capaz de decodificar a palavra falada e fazer dela uma mensagem escrita", acrescenta a professora carioca. "O senso comum sabe isso muito bem. Quem é capaz de ler um jornal, um livro, as placas, os anúncios etc., sabe ler. Quem escreve um bilhete sabe escrever. Este critério — usado pelo IBGE — está mais do que bom. Só se complica o que é simples quando se quer confundir os outros. Alfabetizar é simples", conclui Eloisa, alertando para que não se confunda alfabetização com leitura em níveis mais complexos, que exige, além do domínio dos códigos, a capacidade de entender elementos ocultos, ordem inversa, uso de símbolos etc.

Participação — Em 1960, os especialistas da Unesco, reunidos na II Conferência Mundial sobre Educação de Adultos, em Montreal (Canadá), descobriram que apenas passar o código linguístico para as pessoas não bastava. Esse código era decorado de forma mecânica e, por falta de uso, os símbolos dos



Eloisa Meireles — autora da cartilha *A Casinha Feliz*

“É ensinar os códigos da língua escrita”

“Será a alfabetização outra coisa diferente da aprendizagem de leitura e escrita?”

Na verdade, o que se quer entender é por que a alfabetização no Brasil tem sido um desafio tão grande. Criam-se eufemismos para conceituar alfabetização.

Adjetiva-se.

Mas alfabetização nada mais é que o processo através do qual um indivíduo se torna capaz de decodificar a mensagem escrita; se torna capaz de codificar a palavra falada e fazer dela uma mensagem escrita.

Alguns confundem alfabetização com níveis de leitura e acreditam que é um processo que se estende pela vida afora.”

sons falados acabavam esquecidos. Além disso, a necessidade de transmissão de mensagens simples acabava sendo preenchida por outros meios de comunicação, agora de massas, e mais eficientes e rápidos, como o rádio, a televisão, a programação visual. A alfabetização, que caberia à escola oferecer, só teria sentido e efeito duradouro como parte de uma programação que visasse a educação mais ampla e geral do indivíduo.

Respondendo a esse imperativo, a década de 60 assiste ao crescimento do número de escolas públicas, naquilo

que se convencionou chamar de democratização do ensino. A escola deveria atingir o maior número de pessoas, formando indivíduos competentes para o exercício de “todas as atividades em que a alfabetização é necessária para que ele atue eficazmente no seu grupo e na comunidade e cujos resultados alcançados em leitura, escrita e cálculo lhe permitem continuar a colocar suas aptidões a serviço de seu desenvolvimento próprio e do desenvolvimento da comunidade e de participar ativamente da vida do seu país”.(*)

Desenvolvimento — Essa ligação do aprendizado com a vida em sociedade e a necessidade de compreensão do mundo pode ser identificada nos nossos dias nas palavras de Joanita Souza, autora da cartilha *Brincando com as Palavras*. Ao contrário de Eloisa Meireles, que considera a alfabetização um processo simples, Joanita a define como um “processo lento, demorado e contínuo, que envolve várias fases que vão do simples aprendizado de letras, sílabas, palavras e frases, ao domínio perfeito de textos”. Para a autora, a alfabetização não é um objetivo em si mesmo, mas um meio para aperfeiçoar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão escrita e oral. “O que importa é saber concluir, compreender, interpretar, criticar aquilo que leu, por meio da linguagem oral e escrita, utilizando o aprendido em novas situações e experiências que a vida solicita. O alfabetizado é aquele que vê o que olha, en-

xerga o que vê, domina o que leu, é capaz de responder com maturidade às exigências da vida. Consegue expressar pela escrita o que pensa, os seus anseios, sonhos e sentimentos ou pode compreender, através da leitura, pensamentos e mensagens expressos nos textos ou nos meios de comunicação, a fim de que possa exercer seu papel na sociedade que, a cada dia mais, exige o esforço e a contribuição de todos”, define Joanita, deixando bem clara uma linha de interpretação que valoriza o desenvolvimento do ser humano como ser social na sua totalidade.

Nos países em que, nos anos 60, como no Brasil, se dava a arrancada para o desenvolvimento econômico (política de substituição das importações por produtos nacionais. Por exemplo: automóveis) e germinavam os ideais nacionalistas (movimentos de valorização da cultura brasileira, por exemplo), o indivíduo instruído e participativo da vida social assume um modelo mais radical: o cidadão integrado, participante e mobilizado politicamente. Reunidos em Teerã (Irã), em 1965, os ministros da Educação dos países ligados à Unesco definiram o ato de alfabetizar como preparar o homem para desempenhar um papel social, cívico e econômico.

Progresso — Assim, sem ter chegado a dar conta do seu simples papel de transmitir os rudimentos da escrita para a maioria da população e debatendo-se com os índices crescentes de analfabetismo, a escola assume um papel mais complexo: o de integrar todos os indivíduos numa nova ordem mundial, marcada pelo desenvolvimento tecnológico e científico. Uma tarefa que exigiria altos investimentos na formação de professores e na aquisição de equipamentos adequados e em grande quantidade. O chamado valor econômico da Educação justificava os gastos: o que um país investe hoje em Educação retorna em desenvolvimento técnico, científico, econômico e social. O Programa Experimental Mundial de Alfabetização (1967-1973), inserido no Programa das Na-



Telma Weisz — coordenadora pedagógica da Escola da Vila (SP)

“É um subproduto da atividade leitora”

“Alfabetizar é possibilitar que alguém se transforme em leitor e em usuário da escrita. O que comumente chamamos de alfabetizado é aquele que olha um conjunto de letras e dele extrai um som, quer faça sentido ou não. Essa pessoa tem os rudimentos da escrita. O leitor é outra coisa. É alguém de cuja vida social a escrita passou a fazer parte. É através da escrita que ele faz contato com as coisas do mundo. O que se chama de alfabetizar é apenas o ato de passar a compreensão do sistema alfabético. É fazer o aluno dominar a técnica. Isso é um subproduto da atividade leitora.”

ções Unidas, se propunha basicamente a “demonstrar as vantagens da alfabetização do ponto de vista econômico-social”. Para a população em geral, passava-se a idéia de que só era possível progredir na vida frequentando a escola e que um país só se desenvolveria economicamente se educasse seu povo.

Por mais 10 anos, até a realização do Simpósio Internacional sobre Alfabetização, em Persépolis (1975), no Irã, a visão da alfabetização ligada ao desenvolvimento individual e social

predominou. Naquele ano, porém, uma realidade que já estava presente nos países pobres e que viviam em ditaduras militares, alcançou os especialistas internacionais: não bastava dominar o código da língua escrita, não bastava ler e entender, não bastava se comunicar por escrito, nem se desenvolver individualmente e se integrar à sociedade. A própria sociedade tinha que ser reconstruída. E novamente se recorre à escola para essa tarefa. Para os educadores reunidos em Persépolis, “a alfabetização não é só um processo que leva ao aprendizado das habilidades de leitura, escrita e aritmética, mas sim uma contribuição para a liberação do homem e seu pleno desenvolvimento. Assim concebida, a alfabetização cria condições para a aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade onde o homem vive e de seus anseios; estimula ainda a iniciativa e participação na elaboração de projetos capazes de agir sobre o mundo, transformá-lo e definir metas e um desenvolvimento humano autêntico”. Pela primeira vez se fala em alfabetização como direito de todos os seres humanos.

Cidadania — A partir daí, expressões como mobilização, participação, comunidade, direitos foram definitivamente incorporadas à conceituação de alfabetização. Em 1979, em pleno processo de redemocratização da América Latina, os ministros da Educação e Planejamento desse continente, reunidos no México, estabeleceram uma relação direta entre o ato de ler e

escrever, o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a construção de uma sociedade mais justa. "Sem uma população educada que compreenda sua realidade e assuma seu destino", diziam eles, um país não poderia realizar sua independência política e econômica. As classes sociais menos favorecidas desses países onde se começava a reconstruir a democracia — e que a escola pública não conseguira alfabetizar — passaram a ser o foco principal das atenções. Para a reconstrução da democracia, não se tratava mais de passar simplesmente os rudimentos da língua escrita ou estimular o investimento numa linha de desenvolvimento pessoal e social — subir na vida estudando —, mas de formar leitores capazes de entender a realidade em que vivem e, através da sua participação efetiva, reconstruir e manter a democracia. Para votar conscientemente, compreender as leis que afetam sua vida e defender seus direitos, o indivíduo, agora chamado de cidadão, tinha que construir seu próprio conhecimento, trazendo para a escola a realidade do seu mundo.

Competência — É com essa tarefa que a escola entra na década de 90, assumindo ainda — e mais uma vez — o compromisso de acabar com o analfabetismo. E convivendo com os diferentes conceitos do que seja a alfabetização. Concepções que remontam ao tecnicismo dos primeiros anos da escola pública são ainda dominantes em muitos espaços. Branca Alves de Lima, por exemplo, editora da cartilha *Caminho Suave*, uma das mais vendidas no país, mesmo reconhecendo a complexidade desse aprendizado — que ela divide em reconhecimento de símbolos gráficos e domínio do sentido e interpretação —, acha que o professor de hoje tem "liberdade demais". E explica: "Antigamente se conseguia alfabetizar em um ano, o que não se verifica hoje. Não há ninguém para coadjuvar, fiscalizar, cobrar", afirma a autora, que também não considera válida a idéia de aproveitar a vivência e o universo



Magda Soares — professora da Faculdade de Educação da UFMG

"É dar acesso ao mundo da escrita"

"Alfabetizar é propiciar condições para que o indivíduo — criança ou adulto — tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema de escrita, mas, e sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena. Analfabeto é aquele que não usufrui do mundo da escrita, por não ter as habilidades ou por tê-las, mas não usá-las, por não poder ou não querer fazê-lo."

vocabular da criança: "Pode levar ao empobrecimento da linguagem. Numa escola de periferia, por exemplo, onde as crianças usam muitos palavrões, então a escola tem que incorporá-los?", indaga Branca, defendendo-se dos ataques que são feitos ao seu conceito e método de alfabetização. Ela também critica "pessoas como Emilia Ferreiro, que nunca lecionaram", desconsiderando a importância das suas descobertas sobre o processo de aprendizagem da criança.

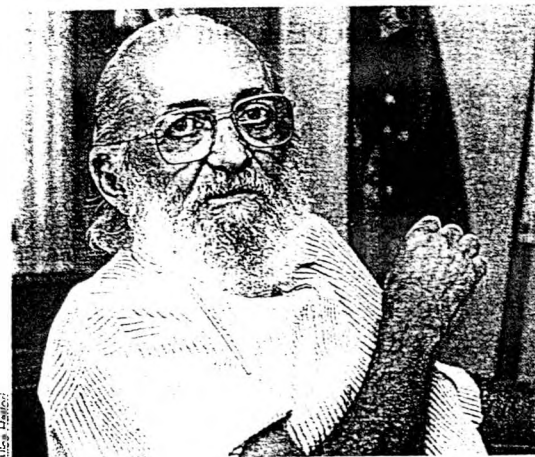
Raciocínio completamente inverso faz a coordenadora pedagógica da Escola da Vila (em São Paulo) e formadora de grupos de professores da rede pública, Telma Weisz. Enquanto a cartilha *Caminho Suave* segue entre as mais cotadas do gênero, os cursos montados por Telma Weisz são alvo de verdadeiras disputas entre os professores de alfabetização. Neles, Telma passa a noção de "construtivismo" que permeia seu conceito de alfabetização: "A compreensão do sistema alfabético é um subproduto da atividade leitora. A criança primeiro lê. É o inverso do que se faz nas classes convencionais de alfabetização, onde a preocupação é de primeiro levar o aluno a dominar a técnica para depois se tornar leitor competente", assegura Telma. **Consciência** — Nem todos os autores de cartilhas, porém, polemizam com o construtivismo ou com a possibilidade de aproveitar a vivência do aluno para desenvolver uma aula. Geraldina P. Witter, por exemplo, autora das cartilhas *Lendo e Escrevendo e Cartilha da Amazônia* (N.E. n.º 19), vê a alfabetização como uma fase de um processo complexo que se prolonga vida afora. Além disso, atribui à alfabetização em si valor social e pessoal. Seu conceito só pode ser compreendido plenamente com o concurso de ciências como a antropologia, psicologia, lingüística, neurologia, economia, filosofia etc. O método resultante do seu conceito abrangente de alfabetização toma a criança a partir da sua própria experiência de vida. "É importante que a criança seja um leitor crítico desde o

início", diz ela, negando dessa forma a fragmentação do aprendizado em alfabetização e formação de leitor.

O conceito de alfabetização que inclui o mundo do alfabetizando como um dado determinante na relação entre professor e aluno ganhou adeptos no Brasil e em outros países do chamado Terceiro Mundo, a partir dos trabalhos do educador Paulo Freire. Para o atual secretário da Educação do Município de São Paulo, alfabetização "significa adquirir a língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, dentro de um contexto discursivo de interlocução e interação, com uma visão crítica da realidade. Através da alfabetização o adulto exerce a plena cidadania, com direitos e deveres frente à sociedade", afirma Paulo Freire. O trabalho que resulta dessa idéia começa com a tomada de consciência dos problemas vividos pelo grupo que está sendo alfabetizado.

Transformação — Na sala de aula, em Porto Alegre, a professora alfabetizadora Flávia Maria Cunha Bastos, da E.M. Lauro Rodrigues, juntou as leituras que fizera de Paulo Freire com a sua prática. E chegou a um conceito de alfabetização onde o aluno tem que aprender como se apropriar dos instrumentos da língua da mesma forma que aprende a defender seus direitos e luta por uma sociedade mais justa. "O aluno de classe média precisa aprender para se integrar no contexto: os da classe pobre precisam aprender para modificar o contexto", diz a professora gaúcha.

A ênfase no papel do cidadão é dada também pela secretária de Ensino Básico do MEC, Ledja Austrilino Silva: "Alfabetizar é formar a consciência crítica do cidadão. É tornar o cidadão consciente de seus direitos e deveres, além de ensinar a ler e a escrever. Implica proporcionar mecanismos para avaliar suas responsabilidades, além de necessidades. É proporcionar ao indivíduo ferramentas para formar uma consciência política", afirma Ledja.



Paulo Freire — secretário municipal da Educação de São Paulo

"É construir um conhecimento"

"Alfabetizar-se é adquirir a língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, com uma visão crítica da realidade. Quando se trata do adulto, a técnica que proponho é uma consequência natural da tomada de consciência dos problemas vividos pelo grupo. Com a escrita, ele exerce a plena cidadania. Para as crianças, a teoria é a mesma, mas valoriza-se mais o lúdico. A criança é o sujeito do processo educativo, não havendo dicotomia entre o aspecto cognitivo e o afetivo, mas uma relação dinâmica, prazerosa, dirigida para o ato de conhecer o mundo."

Uma conceituação que arremata essas visões, envolvendo idéias como construtivismo, respeito à realidade do aluno, desenvolvimento pessoal e crescimento como cidadão, está nas palavras de Magda Soares, professora da Faculdade de Educação da UFMG: "Alfabetizar é propiciar condições para que o indivíduo — criança ou adulto — tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidade de decodificação e codificação do sistema de escrita, mas, sobretudo, de fazer uso

real e adequado da escrita em todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento de luta pela conquista da cidadania plena", sintetiza Magda.

Construção — Comprometidos mais ou menos com esta ou aquela linha de raciocínio, tecnicistas ou mais politizados, os conceitos de alfabetização que convivem hoje no Brasil não chegam, porém, a ajudar os cursos de formação do Magistério a ter uma visão muito clara do trabalho do alfabetizador. "Alfabetizar é para que o aluno entre na 1.ª série alfabetizado; conhecendo as vogais, sabendo ler e escrevendo certo", afirma Ana Maria Cavalcanti, do 2.º ano do Magistério, em Recife. A leiga fluminense Maria José Pires Nogueira consegue ter uma visão mais clara: "É pensar, descobrir, criar, construir, agir. É a ação mais bonita e compensadora. É conscientizar a criança de que ela própria faz as coisas, constrói seu conhecimento. É ensinar a descobrir, para que ela continue descobrindo pela vida inteira, em busca de um saber mais profundo para construir um mundo novo".

(*) As duas citações referentes à Unesco são extraídas do artigo de Carmem Perrotta, O Conceito de Alfabetização — Aspecto Histórico, apresentado no XVI Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional.

* Colaboraram: Adriana Tigre (PE), Luiz Francisco (BA), Nilson de Souza (RS), Rosângela Guerra (MG), Vera Gomes (SP) e Yara Malheiros (DF).